



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1318 - 21/09/2015 a 27/09/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

AJUSTE FISCAL

ADIVINHA QUEM VAI PAGAR A CONTA?

INVASÕES

MST amplia ataques
à pesquisa científica

FRUTICULTURA

As novidades do
cultivo de morango



FALTAM
228
DIAS PARA O
TÉRMINO DO PRAZO

Aos Leitores

A semana passada foi movimentada em Brasília. Pressionado pela perda do selo de bom pagador e enrolado em uma série de armadilhas políticas e financeiras, o governo federal montou um pacote de medidas para cortar gastos e aumentar a arrecadação. A saída é a de sempre: aumentar impostos e arrochar o setor produtivo, como você pode ver a partir da página 03.

Esta edição também apresenta as últimas loucuras do MST, que parece ter se transformado num inimigo da ciência. Recentemente, o movimento deu de invadir fazendas destinadas à pesquisa agropecuária, entre elas duas no Paraná, a Figueira e a Capão do Cipó. O prejuízo causado pela paralisação dos estudos é tão grande quanto difícil de ser medido. Porque não se limita a cabeças de gado ou plantações. Ao impedir estudos que levariam a melhorias na qualidade e produtividade, estão destruindo uma parte do futuro da agropecuária brasileira.

O Boletim Informativo desta semana traz ainda novidades na cultura de morangos, o andamento dos seminários sobre a ferrugem asiática e uma entrevista com Antonio José Correia Ribas, ex-diretor do DER e da Agepar e uma das principais autoridades do país quando o assunto é pedágio. Perguntamos a ele como seria um modelo realmente eficiente de concessão. A resposta você encontra na página 18.

Boa leitura!

Índice

Impostos	03
Fruticultura	06
Fundepec	09
História - Paranaguá	10
Invasões	12
Opinião	15
Entrevista	16
Conseleite	19
Ferrugem asiática	20
Silvicultura	22
Sementes	24
Mercado	25
Nonô Pereira	26
Casa em Ordem	27
Meio Ambiente	28
Eventos Sindicais	29
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Agide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Agide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Agide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correia de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hernely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Peça-se citar a fonte.

Fotos da edição 1318: Fernando Santos, Agência Brasil, Divulgação e Arquivo FAEP.

A mesma história

Sem solução para o mau estado das finanças, governo empurra a conta para o setor produtivo. De novo.



Joaquim Levy: ressuscitando a CPMF

Nos últimos anos, o setor agrícola vem sustentando o crescimento do país. E o que o campo tem recebido em troca? Quase nada. E, ainda por cima, foi um dos setores da economia brasileira escolhidos para suportar os cortes de gastos anunciados pelo ministro Joaquim Levy na semana passada.

Para quem não está acompanhando, aqui vai um resumo da história. O governo mandou para o Congresso um Orçamento em que havia um rombo: os gastos previstos pela União para 2016 superavam a receita em R\$ 30 bilhões. É claro que essa proposta indecente pegou muito mal. Por isso iniciou-se uma operação desesperada para consertar esse buraco. Seria preciso trabalhar em duas frentes, diminuindo os gastos e aumentando as entradas de recursos. O resultado desse esforço é o pacote da semana passada.

A medida que afeta mais diretamente o agronegócio é a redução do valor orçado para o Programa de Garantia para o Preço Mínimo (PGPM), que foi reduzido em R\$ 1,1 bilhão, e deve ficar na média dos valores desembolsados nos últimos quatro anos – em torno

de R\$ 600 milhões, segundo disse Levy em sua apresentação. A medida tem potencial para prejudicar culturas dependentes do mercado interno, como feijão, arroz, trigo e milho.

O produtor sabe o risco por trás de uma contenção de recursos federais. Há poucos meses, os produtores de milho safrinha receberam boletos das seguradoras, cobrando deles o pagamento de parte do seguro contratado – justamente de parte dos recursos que o governo havia se comprometido a custear por meio do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Naquela ocasião, o que ocorreu foi que o governo havia previsto no orçamento deste ano R\$ 668 milhões para o PSR, mas reduziu o valor disponível em decorrência de dívidas que ele próprio acumulou com as seguradoras. Incapaz de arcar com as consequências de suas próprias ações, a União empurrou a conta para o produtor.

O que garante que algo semelhante não vá ocorrer com os recursos alocados para o PGPM? Ou com o seguro rural, novamente?

Sem contar que os preços mínimos nem são tão compen-

sadores assim. De fato, o governo tem achatado esses preços de forma importante. A FAEP junto com outras instituições da área, vem reclamando que a definição desses valores não tem sido feita com a necessária transparência. Um exemplo está nos preços do feijão, que tiveram redução na faixa dos 17% no Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016, na comparação com o período anterior. Outras culturas, como milho em grãos, algodão em caroço, algodão em pluma, caroço de algodão, milho de pipoca e sorgo, entre outras, tiveram mantido o mesmo preço do período anterior. Como se os custos de produção pudessem se manter iguais de um ano para o outro, ainda mais com a alta do dólar registrada nos últimos meses. Entre 1º de julho e 15 de setembro, a cotação da moeda americana subiu 75%, que contribuiu de forma decisiva para o aumento nos custos de fertilizantes e defensivos. Essa disparada fez com que os preços mínimos anunciados em julho se transformassem rapidamente em peça de ficção. Com o corte dos recursos orçamentários, cresce o risco de faltar recursos para garantir os preços mínimos.

Ruim para o produtor, ruim para o Brasil

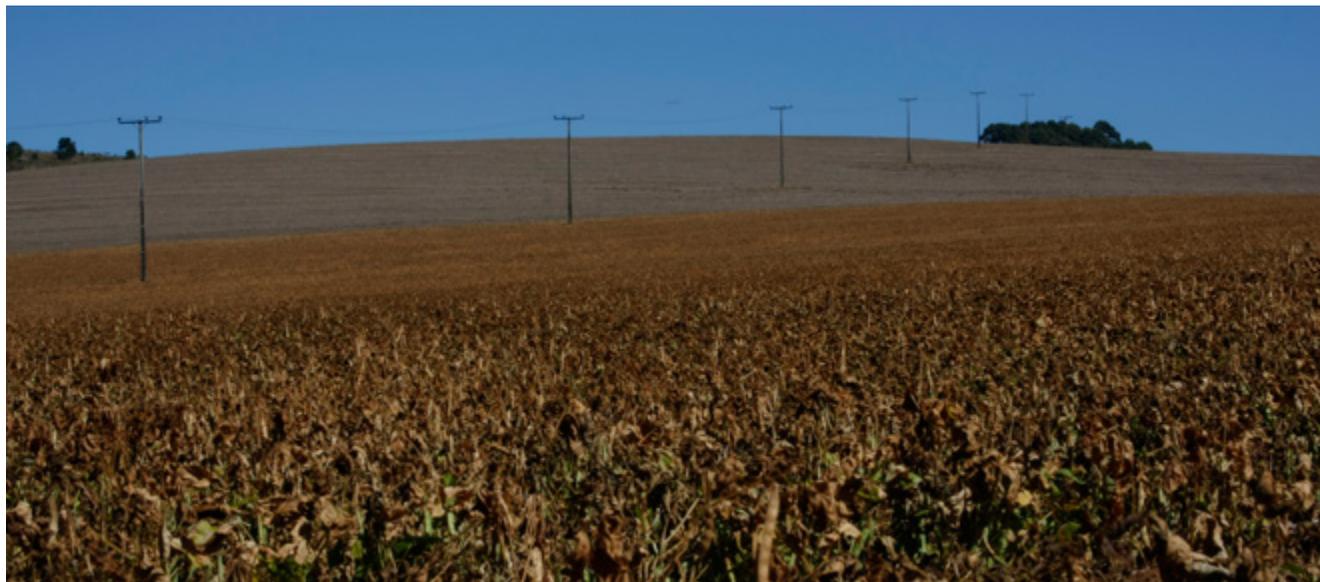
O campo não está em condições de absorver mais perdas provocadas pela incapacidade do governo. Assim como todo o país, o produtor está sentindo as consequências da recessão. Um sintoma disso está na venda de máquinas agrícolas, que está despencando. Dados da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) mostram que as vendas de máquinas caíram 34,8% na comparação de agosto de 2015 com agosto de 2014. A venda de colheitadeiras baixou 49,4% no mesmo período. Os fabricantes senti-

ram o golpe e estão trabalhando, neste ano, com o nível de produção mais baixo desde a crise de 2009. Ou seja: a crise está atrasando a renovação do parque de máquinas, o que tende a frear os aumentos de produtividade no futuro, com reflexos nas exportações e na renda disponível. Ruim para o produtor, ruim para o Brasil.

Mas não é só isso. Há a recriação da Contribuição sobre Movimentação Financeira, a antiga CPMF, que já foi apelidada de Imposto do Cheque. Pela proposta inicial do governo, tudo o que sair da conta bancária de qualquer empresa ou pessoa física vai ser taxado em 0,2%. Não se engane com o percentual baixo: o imposto é ruim porque incide sobre cada operação. Por isso tende a resultar em um valor crescente ao longo da escala de produção. Será 0,2% a mais na compra da semente, 0,2% a mais na aquisição de fertilizantes, 0,2% a mais no custo final dos defensivos, 0,2% a somar em cada aquisição de produto ou serviço para a propriedade, para a empresa e para a residência das famílias – um custo que, com certeza, será relevante para todos.

A posição da FAEP

Por isso a FAEP tomou a iniciativa de se pronunciar, logo no dia seguinte ao anúncio das medidas, contra o aumento de impostos. Em nota distribuída em 15 de setembro e assinada pelo presidente Ágide Meneguette, a instituição “repudia a tentativa do governo federal de aumentar impostos para resolver problemas que ele mesmo criou”. O documento prossegue: “A sociedade brasileira já não suporta mais a carga tributária, uma das mais altas do planeta, sem que haja contrapartida dos serviços que os governos deveriam prestar. Esperamos que o Congresso Nacional dê uma resposta à altura, evitando que a população seja novamente sobrecarregada tributariamente. O governo, que gastou mais do que devia, que corte seus custos”.



Lavoura de feijão: preço mínimo em risco



Em 2007, senadores comemoraram o fim da CPMF



Em 2015, nem os políticos querem a volta do imposto

A história da CPMF

Se der certo, está será a quarta vez que o Brasil implanta um imposto sobre movimentação financeira. A primeira vez foi no governo Itamar Franco, à época da implantação do Plano Real. A taxa se chamava Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e teve vigência apenas no ano de 1994, de janeiro a dezembro, com uma alíquota de 0,25%. Nessa época, os recursos não eram “carimbados” – o dinheiro entrava no caixa comum da União e poderia ser usado em qualquer área.

A segunda fase começou em janeiro de 1997, já no governo de Fernando Henrique Cardoso. Dessa vez, recebeu o nome de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e – ao menos na teoria – os seus recursos teriam um único destino, que era o custeio da saúde pública. Nessa fase, a CPMF durou exatos dois anos, sendo extinta em 23 de janeiro de 1999.

A terceira fase foi a mais longa. Começou em junho de 1999 e durou até 2007 – atravessou os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, portanto. Nessa época, os recursos poderiam ir somente para a saúde, a previdência e a erradicação da pobreza. Em 13 de dezembro de 2007, o Congresso rejeitou uma prorrogação do tributo, por uma margem pequena.

Estados criam “pacotinhos”

Se no caso da União a crise bateu forte e exigiu corte de gastos e levou a uma tentativa de ampliar impostos, os Estados não estão em situação muito melhor. Rio Grande do Sul e Distrito Federal, que estão em situação financeira muito difícil, criaram pacotes semelhantes, em que buscam equilibrar receitas. O Paraná enviou em 15 de setembro um conjunto de medidas à Assembleia Legislativa, como mais uma etapa do ajuste fiscal que começou em dezembro do ano passado. As mudanças propostas pelo governo do Paraná incluem cortes de gastos e alterações na vinculação de recursos com os poderes Legislativo e Judiciário, entre outras ações.



Mauro Ricardo Costa, secretário da Fazenda do Paraná

Cultivo de morangueiro em substrato

A nova forma de cultivo permite produção o ano inteiro e bem-estar ao produtor

Por Katia Santos



Edhna Maftum e seus morangos

O SENAR-PR prepara um novo curso para atender os produtores de morango, que traz uma nova técnica de plantio. Além de um fruto mais saudável, a técnica permitirá produção contínua e soluções ergonômicas que melhoram o bem-estar do trabalhador.

O novo curso voltado ao cultivo do morangueiro será demonstrada uma técnica usada por apenas 10% dos produtores paranaenses: as mudas são plantadas em substratos acondicionados em sacos de plástico.

Entre os diferenciais estão a produção em estufas que permite cultivo consecutivo ao longo do ano e a contratação de mão de obra de forma integral e contínua durante o ano, indepen-

dente da estação.

A produtora e engenheira-agrônoma Edhna Maftum, que iniciou o cultivo do morango em sua propriedade há um ano, explica que a técnica permite a produção de frutos mais saudáveis. “Como as plantas são produzidas longe do chão, o índice de doenças e pragas é quase zero. De 16 aplicações de defensivos na produção tradicional conseguimos reduzir para uma ou duas aplicações”.

Outra vantagem do cultivo em substrato é o uso de produtos biológicos (defensivos de origem biológica ou natural que possuem baixa toxicidade, eficiência no controle e custo reduzido).

O cultivo feito em bancadas elevadas a 0,80 centíme-

tros do solo permite uma postura correta ao trabalhador, não comprometendo sua saúde física.

Uma das facilidades desse sistema de plantio é o tempo de utilização das mudas, com alto padrão de qualidade. Por serem importadas, elas podem ser reutilizadas por um período de dois a três anos, “Para isso o cuidado com tratamentos culturais e irrigação são essenciais”, afirma.



Planejamento

Para oferecer o novo curso, que estará disponível a partir de 2016, o SENAR-PR capacitou de 25 a 27 de agosto, em Curitiba, 20 instrutores, que irão disseminar a nova forma de produção aos produtores rurais. A capacitação incluiu aulas teóricas e visitas técnicas em duas propriedades na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), em Fazenda Rio Grande e Mandirituba. Também participaram do curso cinco extensionistas do Instituto Emater.

Uma das visitas foi na propriedade de Edhna Maftum. “Temos 12 hectares de área, mas a geografia é muito irregular, o que limita muito a produção. Por isso optei pelo cultivo em estufa. Fazemos muita toailete nas plantas, isso contribui para um bom nível de sanidade. Além disso, a colheita é feita três vezes por semana o que exige, imediatamente, o processo de embalagem e comercialização das frutas. Por semana colhemos cerca de 200 quilos de morango.”, explica a agrônoma.

A irrigação das plantas é feita duas vezes ao dia e tam-

bém requer acompanhamento de um funcionário, para evitar o entupimento das mangueiras, pois o fornecimento de água na produção não pode ser interrompido.

A estufa de Edhna tem 986 metros quadrados, com nove bancadas e 18 linhas onde foram plantadas 11 mil mudas. O custo de implantação incluindo mão de obra, material, irrigação e serviços elétricos foi de R\$ 60 mil, mas segundo a produtora esse investimento é pago com um ano de produção.

Mudas chilenas

Um dos palestrantes do curso foi o técnico agrícola e fornecedor há 25 anos de mudas - único representante no Brasil das mudas chilenas - Henly Key Shimizu. Ele também cultivou morangos por mais de 10 anos, mas, pela falta de mão de obra optou por se dedicar apenas a comercialização das mudas.

Durante o curso Key falou sobre as variedades, os aspectos legais da multiplicação de cultivares e a carga de frio que a planta precisa receber para acumular amido e carboidrato que estabelece bom equilíbrio hormonal e propicia maior vigor e produtividade a planta.

Ao chegar ao Brasil as mudas chilenas devem atender os requisitos fitossanitários e passaram por um processo de 15 dias para serem desinfestadas, de acordo com a normativa legal. Key explica que existem mais de mil variedades de morango no mundo, mas no Brasil o empresário comercializa apenas sete cultivares desenvolvidas pela Universidade da Califórnia. São elas: Camino Real; Camarosa; Albion; San Andreas; Monterrey; Portola e Aromas.



Henly Key Shimizu



O mercado brasileiro de morango trabalha com dupla aptidão, mercado fresco e agroindústria. Esta conciliação proporciona ao produtor maior rentabilidade e permite que ele destine ao mercado uma fruta de boa qualidade, mais gostosa, doce e saborosa. Key acredita que o cultivo em substrato é o futuro da produção de morango. “O aumento da produção com qualidade permitiu a popularização do consumo. O cultivo do morango agrega valor e garante renda ao produtor rural, principalmente na pequena propriedade”, comenta.

A técnica semi-hidropônica de plantio em almofadas, segundo o técnico agrícola, pode trazer um aumento de produção de 30 a 50% no mesmo espaço de cultivo, com frutas de ótima qualidade, sem contaminação por agrotóxicos, exatamente porque a produção é feita em ambiente controlado.

Produção no PR

Segundo o Departamento de Economia Rural (Derar), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab), 1,2 mil produtores cultivam 701 hectares, que produzem um pouco mais de 21 mil toneladas da fruta. O morango é 9ª fruta em volume produzido no Estado e a 4ª em geração de renda de acordo com o Valor Bruto da Produção (Dados de 2014).

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) é a principal produtora com 35% do total da produção, o maior município produtor é Jaboti, na região Norte do Estado. Atualmente o Estado ocupa o terceiro lugar no ranking nacional.

A produção de morangos no Estado é essencialmente em pequenas propriedades pelo uso intensivo de mão de obra que gera um alto custo de investimento (R\$ 100 mil/ha) tornando a produção onerosa para grandes áreas.

Parceiros do SENAR-PR

Para organizar a capacitação dos instrutores o SENAR-PR contou com a participação de vários parceiros. Confira os temas trabalhados e os palestrantes:

- **Maria Helena Fermino** - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO – Porto Alegre – Substrato para plantas: propriedades e materiais.
- **Key Shimizu** - Bioagro Araucária – Cultivares de morangueiro.
- **Gabriel Nachtigall Marques** (Universidade Federal de Pelotas) - Ecofisiologia de cultivares de morangueiros e Sistemas fechados e abertos de cultivo sem solo.
- **Elcio Rampazzo** (Emater – Londrina) - Instalações, fitotecnia, tratos culturais.
- **Maria Aparecida Zawadneak** (Universidade Federal do Paraná) - Manejo Fitossanitário – Pragas.
- **Hugo Reis Vidal** (HVIDAL Consultoria Agrônômica) - Manejo Fitossanitário – Doenças.
- **Pedro Furlani** (Instituto Agrônômico de Campinas) - Manejo hídrico e Nutrição.

Morangos azuis ou brancos?

Cientistas mergulhados em experimentos sem querer descobriram o morango azul. Isso mesmo, azuis. Pesquisando o peixe-solha do Ártico, que produz um anticongelante para se proteger de águas frias, os cientistas se perguntaram o que aconteceria se introduzissem o gene que produz o anticongelante em um morango. A fruta ficou azul. Dando continuidade ao estudo, eles descobriram que a planta de morango azul pode resistir a temperaturas de congelamento. Isso significa que os morangos poderiam ser armazenados por mais tempo, em freezers, aumentando sua vida útil.

A modificação genética de alimentos é feita a partir da adição ou da remoção de genes de diferentes espécies de organismos para manipular um novo

ser vivo. Alimentos geneticamente modificados estão disponíveis há anos nas prateleiras de supermercados. O exemplo mais comum é o óleo de soja e outros produtos, como o milho, produzidos de forma transgênica.

Se você está pensando em comer um morango azul, vai ter que esperar por mais um tempo, o estudo tinha como objetivo apenas para verificar o comportamento do morango após a inserção do gene, segundo palavras de um dos pesquisadores. Agora, essas plantas são apenas ferramentas para entender os mecanismos biológicos. A notícia não é fresca e foi divulgada por blogs de genética agrônoma em 2013.

Como novidade nunca é demais, em buscas pela internet descobrimos outra variação da fruta: o branco. Conhecido como pineberry, esse não foi criado em laboratório, é natural da América do Sul e estava quase em extinção.

Trata-se de uma variante selvagem de um morango convencional (*Fragaria chiloensis*), e foi encontrado por agricultores holandeses que resolveram cultivar o produto há cerca de sete anos. Parece um morango comum, porém bem menor e branco, e seu sabor e aroma se assemelha muito ao do abacaxi. A fruta começou a ser comercializada na Europa recentemente.



Informe

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/08/2015

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$	
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES		FINANCEIRAS /BANCÁRIAS
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44		29.198.420,02		2.341.952,64	35.837.805,72	
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80		3.050.965,71		181.518,99	15.403.372,54	
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48		2.981.003,64		-	6.805.538,27	
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78		119.826,73		-	197.149,51	
Setor Ovinos e Caprinos	123,76			11.826,52		-	17.665,13	
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50		149.410,33		-	233.418,24	
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		*141.031,00	(141.031,00)	
CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		77.567,43	(77.567,43)	
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	*141.031,00	-		-	141.031,00	
TOTAL	20.744.182,00	4.624.105,00	141.031,00	35.650.134,04	**542.225,27	2.664.502,63	58.417.381,98	
SALDO LÍQUIDO TOTAL							58.417.381,98	

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 13º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00 | 14º - 06/08/2013 >> R\$ 4.624.105,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da subconta do Setor de Bovídeos e creditado para subconta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Berço da civilização paranaense

Primeiro município do Estado, Paranaguá enriqueceu com a mineração e presenciou um embate com os ingleses



Desde 1549, a costa do litoral paranaense já era conhecida e habitada pelo branco europeu, segundo relato registrado pelo náufrago alemão Hans Staden em seu livro “Viagens e cativeiro entre os índios do Brasil”. Em 1580, Portugal e suas colônias passam para o domínio espanhol e Pernaguá (nome dado pelos índios tupi-guarani e virou Parnaguá e depois Paranaguá), aparece nos mapas como Baya de la Corona de Castilha – um lugar meio perdido entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata. A povoação cresce, instala sua Câmara Municipal, vira vila com pelourinho e escrivão juramentado. Em 1640, chegou o Capitão Provedor Gabriel de Lara, e a fidalga família com investidura de governo militar.

Com o crescimento do ciclo da mineração do ouro no Paraná é nomeado pelo governador-geral do Rio de Janeiro um “... Administrador e Provedor para o seu desenvolvimento, pesquisa de novas jazidas e defesa fiscal dos quintos reais”, em nome d’El Rey. A presença de tantas autoridades na região acabou despertando a atenção e o interesse de muita gente que afluiu em busca de riqueza fácil.

Calcula-se que mais de 200 arrobas de ouro foram extraídas das minas de Paranaguá neste século. Tirando-se então a quinta parte que de direito pertencia ao rei de Portugal (40 arrobas), as 160 arrobas restantes passavam a pertencer aos mineradores. O pequeno núcleo social do aldeamento era formado por algo em torno de 15 a 20 pessoas que fizeram fortunas.

O povoado tornou-se Vila de Nossa Senhora do Rocio de Paranaguá e em 1648 tornou-se o primeiro município paranaense, sendo chamado então de berço da civilização paranaense ou “Mãe do Paraná”.

Marcas históricas

Localizada a menos de 100 km da capital paranaense, Paranaguá guarda muitas memórias. Foram nas suas estreitas ladeiras de pedras que a história do Paraná começou com a chegada dos bandeirantes portugueses ao litoral paranaense na primeira metade do século XVII.

Seu desenvolvimento foi rápido, foi transformada pelo Marquês de Cascais em Capitania na data de 08 de março de 1655, ocasião em que a Câmara Municipal deu posse a Gabriel de Lara para as funções de ouvidor, alcaide-mor e capitão-mor, cargo que ocupou até a sua morte.

Assim como foi acelerado o esgotamento do ouro levando boa parte dos exploradores para Minas Gerais. Seus quatro séculos de história e a influência portuguesa podem ser vistos na arquitetura com seus edifícios de alvenaria, pedra e cal que hoje abrigam casas comerciais de serviços com nomes americanizados e oferecem produtos inimagináveis na época da sua construção.

Algumas dessas edificações foram preservadas como pontos turísticos. Caso do antigo Colégio dos Jesuítas, uma construção que demorou 50 anos para ser concluída. O colégio funcionou por apenas quatro anos e já serviu como alfândega, alojamento de tropas, depósito de material bélico e, em 1938, foi tombado pelo patrimônio histórico. Hoje abriga o Museu de Arqueologia e Etimologia.

A mais nova atração turística da cidade é o aquário construído pela empresa Catallini como forma de compensar os impactos causados ao meio ambiente após a explosão do navio Vicuña, em 2004, na Baía de Paranaguá. O aquário tem 23 tanques com mais de 500 animais de diversas espécies, como tubarão-bambu, raias e pinguins e tem atraído muitos turistas.

Revolução Federalista

Ao lado da Lapa e de Tijucas do Sul, Paranaguá foi uma das frentes atacadas simultaneamente pelos Federalistas (insurretos gaúchos contrários ao governo legal), em 1894. Em Paranaguá não houve registro de baixas. Mesmo assim, os Parnanguaras pagaram seu preço quando os militares paranaenses retomaram o poder e executaram os considerados traidores como Prisciliano Correia e Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul, filhos de Paranaguá.

Um marco para a engenharia

A Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, criada em 1880, é hoje uma das mais famosas do Brasil. Construída sobre a Serra do Mar, teve de vencer grandiosos obstáculos de relevo que pareciam impossíveis para construção de sua linha férrea. Seu primeiro trecho foi inaugurado em 1883 e a conclusão da primeira ferrovia do Estado do Paraná aconteceu dois anos depois. A expansão continuou até o Porto de Antonina em 1892.

A linha ainda hoje, em seus 110 quilômetros de extensão que descem os 900 metros da serra, guarda alguns trechos originais daquele tempo, o que perpetua a comprovação do arrojado projeto dos irmãos Rebouças, no século passado.

Porto



Ao ser criada a Província do Paraná, também se criou a Capitania dos Portos do Paraná, que passou a funcionar em 13 de fevereiro de 1854. A partir da reconfiguração do território brasileiro, a cidade perdeu parte de sua importância. Porém, em 1934, a inauguração do Porto Dom Pedro II voltou a movimentar Paranaguá, mudando o perfil econômico da região.

Sua história está relacionada aos grandes ciclos vividos no Estado: do ouro, da erva-mate, da madeira, do café, e da diversificação, quando seu movimento passou a ser de exportação de milho, soja, farelo, algodão, óleos vegetais, etc.

Incidente de Paranaguá

Por volta de 1850, um navio inglês chamado Cormorant, comandado pelo capitão Herbert Schoemberg invadiu a Baía de Paranaguá e aprisionou três embarcações nacionais em decorrência do tráfico ilícito de escravos. Questionado pelas autoridades aduaneiras, o comandante inglês se disse desobrigado de prestar explicações considerando que apenas cumpria ordens. Deu-se início então ao “Combate Cormorant”. Na batalha foram atingidos dois barcos comboiados e o navio Cormorant. Um marinheiro inglês morreu e outro ficou ferido. Apesar dos danos causados à Fortaleza, nenhum brasileiro ficou ferido. Após algumas conversas a questão foi solucionada e se tornou conhecida como Incidente de Paranaguá.

Inimigos da ciência

MST invade propriedades destinadas a pesquisa agropecuária. Ações provocam atraso em estudos e prejudicam projetos de estudantes de mestrado e doutorado



Invasão do MST na Fazenda Figueira, em Londrina

Nos últimos meses, áreas destinadas a pesquisas agropecuárias se tornaram alvo constante de invasões orquestradas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Paraná. É o caso da Fazenda Figueira, em Londrina, cuja ocupação completou um mês em setembro, e da Fazenda Capão do Cipó, em Castro. Com as invasões nas duas propriedades foram suspensas várias pesquisas que consumiram anos de trabalho, persistência e dedicação.

Desde 2000, a Fazenda Figueira abriga um dos mais importantes redutos de criação de bovinos de corte no país. Voltada à pesquisa agropecuária e à difusão do conhecimento científico, a propriedade pertence à Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq), uma entidade privada sem fins lucrativos criada há quase 40 anos para apoiar os projetos da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq) e de outras instituições públicas de pesquisa. Pelos 3,6 mil hectares criam-se 5 mil cabeças de gado e todo o faturamento da fundação é revertido em pesquisas no setor. Hoje, por exemplo, a proporção da fazenda é 2,5 animais por hectare, bastante superior à média brasileira, que é de 0,8 cabeça por hectare. Isso demonstra o uso de alta tecnologia para aumentar a eficiência da produção.

O MST justificou a invasão alegando ter “indícios” de que a propriedade era pública e improdutiva. Com a ocupação, as pes-

quisas foram suspensas. Segundo o administrador José Renato Silva Gonçalves, que comanda a área há 15 anos, três pesquisas de doutorado e quatro de mestrado estão paradas. “As pesquisas foram suspensas pelas universidades por questões de segurança, já que a integridade física dos estudantes fica em risco nesta situação. Isso pode provocar problemas nas bolsas de estudos, além do prejuízo nas notas e recursos destinados às universidades, como a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual de Maringá (UEM)”, comenta.

Entre os pesquisadores está o zootecnista Vinicius Campachi Brito, de Londrina. Desde abril deste ano, ele está coletando dados para a sua tese de doutorado numa área experimental de 16 hectares. O objetivo é identificar a altura ideal para o desenvolvimento do capim Convert HD364. “Com essa pesquisa o produtor vai saber exatamente a altura que ele deve plantar o capim. Não vai gastar tempo e dinheiro testando o manejo, sem contar que vai produzir uma carne de qualidade”, aponta Vinicius.

Somente nesse experimento foram investidos R\$ 150 mil e, por enquanto, a pesquisa está paralisada. “É lamentável não poder continuar um trabalho que multiplica conhecimento por todo o país e beneficia todos os elos da cadeia produtiva”, diz.

Mais prejuízos

“A cada dia que passa os prejuízos só aumentam. Estamos aguardando uma solução pacífica, mas ainda não enxergamos uma luz no fim do túnel”, resume Gonçalves, o administrador.

Em 19 de agosto, a Fealq obteve da Justiça de Londrina a reintegração de posse da Fazenda Figueira, mas os invasores, em torno de 700 famílias, se recusaram a sair do local. No dia 15 de setembro, o grupo assumiu o compromisso de deixar a fazenda a partir de 5 outubro, se um laudo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) confirmar que a área é produtiva. A obrigação de deixar a área em outubro foi expressa em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público, no último dia 15, e assinado pelo MST, Incra, pela administração da fazenda e por representantes de entidades ligadas ao agronegócio na região: FAEP, Sociedade Rural do Paraná (SRP), Sindicato Rural de Londrina e de Tamarana.

Último desejo

A propriedade pertencia ao ex-aluno da Esalq Alexandre Von Pritzelwitz, que a doou à Fealq, em fevereiro de 2000, um mês anterior ao seu falecimento. Entretanto, as condições impostas por Von Pritzelwitz em seu testamento para que a escritura fosse repassada a Fealq determinavam que se fizesse dela um centro de pesquisas agropecuárias que servisse de referência para os produtores rurais, aliado à aplicabilidade prática.

Tratoração contra invasão

A invasão da Fazenda Capão do Cipó, em Castro, na região dos Campos Gerais, que ocorreu no último dia 24 de agosto, é outro exemplo de como o MST se tornou inimigo da pesquisa. Com uma área de 700 hectares, a propriedade é utilizada pela Fundação ABC há mais de 30 anos para realizar projetos de pesquisa agropecuária que beneficiam mais de quatro mil produtores na região. A área vem sendo usada para fins de pesquisa, graças a um convênio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda.

O local também abriga o Centro de Treinamento para Pecuáristas (CTP), instituição que há 18 anos atua em parceria com o SENAR-PR para capacitar produtores na área de pecuária leiteira. Lá, duas unidades leiteiras com um plantel de 710 animais produzem 9.700 litros de leite por dia. Por enquanto, a invasão não prejudicou as atividades realizadas no CTP, como a ordenha e a realização de cursos.

Contra a invasão na fazenda, produtores rurais participaram de um tratoração no último dia 3 de setembro, em Castro. Os manifestantes saíram cedo do Parque de Exposições Dario Macedo e passaram por algumas ruas da cidade até chegar ao Parque Lacustre. Na mesma manhã, produtores e líderes sindicais participaram de uma reunião no Sindicato Rural de Castro, onde levantaram as possíveis ações contra as invasões nas propriedades rurais e na Fazenda Capão do Cipó. “A propriedade sempre foi usada para a pesquisa e também abriga o CTP. Isso revela a importância da fazenda para a nossa região. Temos que dar um basta nessas invasões”, disse o vice-presidente do Sindicato, Eduardo Medeiros Gomes, durante a reunião.



Tratoração em Castro

R\$ 18 milhões

Esse é o tamanho do prejuízo provocado pelas invasões do MST na propriedade da empresa Araupel, entre Rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, na região Oeste do Paraná. Segundo informações divulgadas pela assessoria de imprensa da empresa, no mês de agosto, os baderneiros incendiaram uma área de 3 milhões m² de reflorestamento e 500 mil m² de mata nativa. Além dos prejuízos financeiros, o incêndio provocou a morte de milhares animais silvestres. A Araupel tem mandados de reintegração de posse das áreas ocupadas, mas que até o momento não foram cumpridas.



Animal silvestre morto durante invasão na Araupel em agosto



Imagem retirada de reportagem do Canal Rural

Outras invasões

Em meio à crise que assola o setor sucroenergético brasileiro, um agravante se faz presente nas principais regiões produtoras de cana: as invasões do MST. Só em São Paulo, 20 locais já foram ocupados nos últimos meses. As regiões mais afetadas são as de Presidente Prudente e Bauru, mas já ocorreram invasões em outros Estados, como Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Em Goiás, um dos líderes nacionais do MST admitiu a estratégia nacional de invadir as usinas.

Em uma desocupação realizada em Espírito Santo do Turvo (SP), segundo informações divulgadas pelo Canal Rural, os integrantes do MST quebraram as câmeras de monitoramento, mas, na correria, esqueceram uma delas, exatamente a que gravou o roubo de mais de R\$ 200 mil em equipamentos e permitiu a identificação de grupo e os veículos utilizados. Todos foram presos e indiciados.

Ainda de acordo com o Canal Rural, em uma propriedade de Vila Propício, no Estado de Goiás, ocorreu a desocupação de uma fazenda invadida há 30 dias. Ao chegar, os moradores encontraram as casas arrombadas, sem aparelhos domésticos, comida e televisão.

Pedágio, um paradoxo

Por Jonel Chede

Novamente vem à baila a questão do pedágio, inafastável realidade em uma extensa malha de 2,4 mil quilômetros de rodovias estaduais concedidas à iniciativa privada há longo tempo, conforme descrito em esclarecedora reportagem da lavra do jornalista André Gonçalves, na Gazeta do Povo de 16 de julho. Necessário dizer que os contratos de concessão pública, contratos de direito administrativo em que deve prevalecer o interesse público e o princípio da *pacta sunt servanda* (obrigatoriedade e intangibilidade dos contratos), foram inicialmente alterados por motivação política tão somente, fato esse que alterou o escopo originário de referidos instrumentos, desvirtuando-os em sua razão finalística e, por corolário lógico, deixando-se de lado obras de infraestrutura necessárias (duplicações, terceiras faixas etc.) para atender à crescente demanda de cargas por parte dos setores produtivos de nossa economia (agronegócio, indústrias) e ao fluxo de pessoas e turismo.

Salienta-se que a solução retrorreferida foi contrariada, por interesses alheios ao interesse público e à finalística dos contratos, nos idos de 2000/2002, quando as concessionárias, sob a adução de que seria necessário um equilíbrio econômico-financeiro nos instrumentos, suprimiram obras indispensáveis nos bens públicos concessionados que são objeto dos contratos.

Cedigo se dizer que, neste interregno de 17 anos posteriores à concessão verificada, e em razão de as obras necessárias não terem ocorrido a contento e como o esperado, temos um estado ainda carente de maior mobilidade e segurança em suas estradas e com várias regiões que, apesar de demonstrarem pujança econômica (Oeste, Norte), estão praticamente isoladas da capital em razão de estradas em sua maioria ainda de pista simples, situação esta que deve perdurar ainda por um longo tempo, mesmo com o esperado aumento de veículos em circulação.

Imperioso também se dizer que o modal ferroviário precisa ser igualmente remodelado e ampliado para se integrar ao modal rodoviário e atender às demandas atuais comuns a ambos. Ele precisa estar envolvido no debate entre as entidades do setor produtivo, que se dividiram sobre a proposta de deixar as concessionárias atuais administrando as rodovias até 2045, ou esperar as concessões vencerem em 2021, e então realizar-se uma nova licitação no sentido de se obter a solução mais atracente, que combine menor preço e mais obras. Item, que também deverá ser incluído é a cobrança do pedágio, na fórmula do *ad valorem* (cálculo sobre o valor da mercadoria a transportar), exem-

plo prático que ocorre na tributação do ICMS e IPI, entre outros, diminuindo despesas das concessionárias, e propiciando melhor custo-benefício para os usuários, evitando-se o que hoje ocorre: paga-se pela matéria-prima o mesmo pedágio, comparado com o seu produto industrializado, que é sempre maior.

Nesse contexto, apresenta-se a necessidade de avaliar com fidelidade, através de planilhas oficiais classificatórias, a capacitação técnica e de gestão administrativa da prestação dos serviços das concessionárias.

Perdura enorme prejuízo ao Paraná, fruto de imprópria mudança ocorrida no passado, não se podendo mais ser contrário ao senso comum. É preciso haver debate com competência, paranimismo, total transparência e equilíbrio, que propicie decisões amadurecidas da parte de todos os entes envolvidos. Acontecer para realmente mudar e resolver, em vez de apenas parecer que está resolvido.



Jonel Chede, ex-presidente da Associação Comercial do Paraná, é presidente do Movimento Pró-Paraná.

Artigo publicado no site do jornal Gazeta do Povo de 08/08/2015

Não é hora de adiar

Especialista defende que o modelo para as concessões de rodovias deve levar em conta questões técnicas e não bravatas políticas



A matemática que envolve o cálculo da tarifa de pedágio é algo complexo e pouco amigável. Talvez por conta disso o debate sobre as concessões das rodovias no Paraná seja pautado pelas emoções políticas em vez da razão. Para tornar mais clara essa questão, este Boletim Informativo traz uma entrevista com o engenheiro civil Antonio José Correia Ribas, ex-diretor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), ex-presidente da Associação Brasileira dos DERs, ex-diretor presidente da Agência Reguladora do Paraná (Agepar) e um dos principais especialistas no assunto em todo Brasil.

BI - O que o senhor considera um bom modelo de concessão de rodovias?

AR - Regra geral, o bom modelo é aquele

que traz benefício ao usuário, que mantém as estradas bem conservadas e tem uma tarifa justa.

BI - O modelo adotado no Paraná é bom?

AR - O modelo do Paraná procura ser justo. Em síntese, a ideia é cobrar uma tarifa por quilômetro, independente da característica de tráfego do segmento. As estradas concedidas no Paraná não são homogêneas. Algumas têm mais tráfego, outras têm menos tráfego. Geralmente, as estradas de tráfego menor ficam em regiões mais pobres e exigem maiores investimentos. Se você separasse tudo e tivesse que fazer investimentos nesses segmentos pequenos, eles teriam uma tarifa muito alta. Nos trechos onde os investimentos seriam menores, você teria uma tarifa menor. Aqui, uma compensa a outra.

BI - Os governos estadual e federal têm condições de realizar obras e promover a manutenção da nossa estrutura rodoviária?

AR - Estamos vivendo um momento bem difícil, com crises financeiras nos Estados e na União. Os governos não têm condição sequer de fazer a manutenção das rodovias, quanto mais investimentos. O pedágio é esse remédio amargo que temos que tomar.

BI - Como se calcula o valor da tarifa?

AR - Simplificando bastante, você tem que pegar o tráfego de veículos, o crescimento desse tráfego ao longo dos anos de concessão e colocar um multiplicador, que é a tarifa. Mas tem outras questões: qual a quantidade de investimento que se pretende fazer, o cronograma desses investimentos, os serviços que serão agregados, a carga tributária. Tudo isso tem uma relação direta com o valor da tarifa. Quanto mais investimentos, maior a tarifa. Quanto mais tarde o investimento for feito, menor a tarifa. Quanto maior o tráfego, menor a tarifa. Quanto menor o tráfego, maior a tarifa. Essa é a lógica.

A tarifa é calculada levando tudo isso em conta e acrescentando a famosa Taxa Interna de Retorno, a TIR. Muita gente pensa que a TIR é o lucro da concessionária, mas não é. Essa é uma taxa de desconto que se dá no fluxo de caixa para as entradas e saídas ao longo dos anos terem valor zero ao valor presente. Essa é uma definição complicada de matemática financeira, mas serve para saber se aquele é um bom investimento para a empresa concessionária. O empresário tem várias opções de investimento e precisa decidir se vale a pena para

ele atuar nesse negócio ou direcionar os recursos a outra aplicação – comprar um título federal, por exemplo.

BI - No bolo arrecadado nas praças de pedágio, quanto é lucro das concessionárias e quanto são tributos e impostos?

AR - Vou me basear em um dado que foi colhido na CPI do Pedágio no Paraná, em cima dos balanços auditados das concessionárias, um número bastante confiável. Aqui no Paraná – e não é muito diferente no resto do Brasil –, o lucro líquido das concessionárias é em torno de 16%, enquanto que os impostos chegam a 25% do valor de toda a arrecadação. Sem dúvida, o sócio majoritário nesse processo é o governo, principalmente o governo federal. O governo federal ganha duas vezes, porque recebe os impostos e não precisa investir em manutenção nem fazer duplicação.

BI - esse processo, quais os riscos para as empresas concessionárias e quais os riscos para o governo estadual?

AR - No caso do Paraná, os projetos previstos no contrato de concessão constituem um risco do Estado. Isso quer dizer que, se o projeto que o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) preparou anos atrás tiver um custo maior do que a previsão inicial, esse custo tem que ser levado ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Quase a totalidade dos outros riscos, como as alterações em taxas de juros e no tráfego,

por exemplo, são riscos das concessionárias. Independente de o tráfego não crescer aquilo que estava previsto, elas tem que assumir estes riscos.

O governo federal ganha duas vezes, porque recebe os impostos e não precisa investir em manutenção nem fazer duplicação

BI - Em 2012 foi regulamentada a criação da Agência Reguladora do Paraná (Agepar). Qual o papel desse órgão e em que ele pode contribuir para um processo mais justo e mais transparente na concessão de rodovias?

AR - Quando teve início o processo de concessões, no governo Fernando Henrique Cardoso, uma das questões básicas era a criação de agências reguladoras. Elas existem em todo o mundo, e são estruturas em que o governo não tem gerência total. É preciso ter independência financeira, independência administrativa, os diretores têm de ter mandato. A Agepar tem papel de regular, acompanhar e fiscalizar todos os contratos

de concessão no Estado do Paraná, sem nenhum tipo de pressão política. Dessa forma, muitas das coisas que aconteceram ao longo da vida das concessões e que tiveram ingerência política, com certeza com a Agepar não teriam ocorrido.

BI - O pedágio no Paraná é o mais caro do Brasil?

AR - Isso não é verdade, basta pegar os números. A gente está dentro da média e abaixo dos valores de algumas concessões. O problema é que a gente faz muita comparação das concessões do Paraná com concessões específicas, como a BR 101, em Santa Catarina, ou a BR 116, que são pontos fora da curva, pois tem muito mais tráfego e muito menos investimento. É lógico que o pedágio pode ser muito mais barato, mas estamos dentro da média nacional e abaixo, por exemplo, dos valores praticados em São Paulo e no Rio de Janeiro.

BI - As bravatas políticas do “baixa ou acaba” tiveram algum efeito concreto?

AR - Efeito positivo nenhum, efeitos negativos foram vários. Temos uma quantidade imensa de ações judiciais correndo por conta dessas bravatas, mas a questão maior é que o usuário sabe que essa postura não teve nenhum resultado positivo. A questão tem que ser discutida de maneira técnica, não política. É aí que o papel da Agepar é importante. Temos que discutir aquilo que é possível, correto e legal.

BI - Qual o saldo das brigas judiciais envolvendo os contratos do pedágio até agora?

AR - Tem mais de 100 ações correndo na justiça. Em função de um diálogo que começou em 2010, entre o atual governo do Estado e as concessionárias, muitas dessas ações foram suspensas. Veja bem: suspensas, não eliminadas, elas podem voltar. As questões discutidas são muito bem embasadas pelas concessionárias, então a tendência de uma decisão favorável a elas é bastante alta.



BI - Como o senhor avalia a proposta defendida pela FAEP de renegociar os contratos de concessão agora e não depois que terminarem os contratos vigentes, em 2022?

AR - A FAEP tem uma posição bastante pragmática: “quer que reduza imediatamente o valor do pedágio e que seja feito o maior número de obras no menor tempo possível”. De que maneira isso pode acontecer? Só com prorrogação de contrato, não tem outra maneira. Acho que essa é uma saída inteligente. De outra maneira, teremos que tomar a decisão de fazer nova licitação daqui a alguns anos. Nesse caso, temos que começar imediatamente a preparar estudos e projetos. O processo de licitação de uma concessão é lento, atrapalhado, de idas e vindas, com audiências públicas. É algo que tem que começar a ser trabalhado agora.

A FAEP tem uma posição bastante pragmática: quer que reduza imediatamente o valor do pedágio e que seja feito o maior número de obras no menor tempo possível

BI - Quais as bases mínimas para uma renegociação?

AR - Algumas condições tem que ser dadas pelo governo do Estado. Uma delas é a redução de tarifa, essa é condição *sine qua non*. Antecipação e aumento de investimentos em obras é a outra condição, e tem o zeramento dos passivos. Isso teria que ser negociado, as concessionárias têm que imaginar o se-



guinte: existe um direito que foi criado, que ela tem condição de discutir judicialmente até o final do contrato, mas para o bom andamento do contrato ele tem que ser considerado zero no momento de uma negociação. Eu acho isso bastante possível.

BI - E as concessionárias têm disposição de aceitar isso?

AR - Quando estávamos tratando desse assunto na Agepar era nesses termos e algumas sinalizavam que era possível conversar dessa forma. Eu acho bastante possível. E isso não quer dizer que prorrogação de contrato tem que ser feita com todas as concessionárias. Pode ser que alguma não aceite as condições, mas aí você licita novamente e faz uma concessão só daquele trecho. E não é uma prorrogação de 24 anos, linear para todas. É só aquilo que for necessário, pode ser cinco anos para uma, dez anos a outra. Depende do que é preciso fazer, dentro de um cálculo técnico correto.

BI - Quais as consequências de deixar essa negociação para o fim do contrato?

AR - Uma consequência bastante possível é que os processos judiciais sejam julgados, criando um passivo em favor das concessionárias, o que é muito provável. O Estado tem, por força da lei, que zerar todos os passivos ao final do contrato, seja através de um pagamento efetivo – coisa que é bastante difícil, pois sabemos que o Estado tem dificuldade para isso –, ou de uma prorrogação de contrato. Tenho receio de que, ao fim do contrato, tenhamos que prorrogar a concessão somente para pagar os passivos, sem nenhuma vantagem.

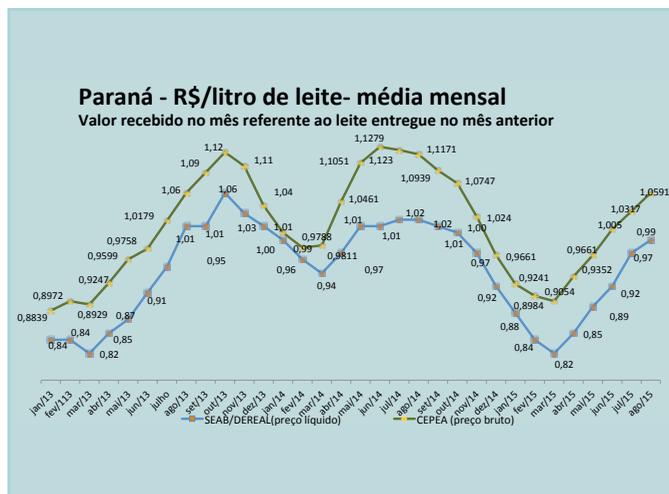
BI - O senhor tem ideia de qual seria o montante desses passivos?

AR - Números calculados não existem porque as ações ainda estão correndo na justiça. Mas é coisa de alguns bilhões de reais.

CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES/INDÚSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ – CONSELEITE–PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 15 de setembro de 2015 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em agosto de 2015 e a projeção dos valores de referência para o mês de setembro de 2015, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes. Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada “Leite CONSELEITE IN62”, que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil células somáticas /ml e 600 mil ufc/ml de contagem bacteriana.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - AGOSTO/2015

Matéria Prima	Valor projetado em agosto/2015	Valor Final agosto/2015	Diferença (final-projetado)
Leite PADRÃO***	0,9121	0,9118	-0,0003

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (***) O valor de referência para o “Leite Padrão” corresponde ao valor da matéria prima com 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas/ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - AGOSTO/2015 E PROJETADOS PARA SETEMBRO/2015

Matéria Prima - Valores finais	Valor final julho/2015	Valor projetado agosto/2015	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO***	0,9118	0,8968	-0,0150

Observações: (*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite “posto propriedade”, o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (***) Os valores de referência para o “Leite PADRÃO” correspondem ao valor da matéria-prima com 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas/ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de setembro de 2015 é de R\$ 1,7847/litro. Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite.

Curitiba, 15 de Setembro de 2015

RONEI VOLPI Presidente **WILSON THIESEN** Vice - Presidente

Adversário enferrujado

Seminários promovidos pela FAEP discutiram o controle da ferrugem asiática, que ameaça o papel brasileiro no mercado global de soja



Rafael Soares, da Embrapa: "A ferrugem se tornou um inimigo a ser derrotado. Hoje, a doença está controlada, mas até quando?"

O Brasil é o segundo maior produtor de soja no mundo, com uma área de mais 32 milhões de hectares e uma produção de 96,2 milhões de toneladas. No mercado internacional, o país é líder – no ano passado, ninguém exportou mais soja que o Brasil. Esse gigantismo todo está sendo colocado em xeque por um inimigo minúsculo, o fungo *Phakopsora pachyrhizi*, causador da ferrugem asiática.

"A ferrugem se tornou um inimigo a ser derrotado. Hoje, a doença está controlada, mas até quando?", perguntou o pesquisador e fitopatologista Rafael Soares, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Soares foi um dos palestrantes de uma série de seminários regionais realizados pela FAEP, em conjunto com a Embrapa, a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e a Organização e Sindicato e Organização das Cooperativas no Paraná (Ocepar), entre os dias 10, 15, 16 e 17 de setembro. Os eventos foram realizados em Maringá, Pato Branco, Cascavel, Londrina, Guarapuava e Castro.

Os seminários mostraram que o número reduzido de opções de controle químico da doença, o aumento da exposição dos fungicidas e as aplicações fora do período ideal de controle são fatores que colaboram para o avanço da doença por aqui. No Paraná, ela também é motivo de preocupação, especialmente

no plantio de soja safrinha. A semeadura tardia da oleaginosa, embora seja realizada numa área relativamente pequena em todo o Estado (foram 132 mil hectares na safra 2014/2015), provocou o aumento do período de permanência de plantas vivas de soja no campo e conseqüentemente maior população do fungo causador da ferrugem, que só sobrevive em plantas vivas.

As aplicações de fungicidas foram intensificadas, favorecendo a formação de populações de fungos resistentes e a perda acelerada da eficiência dos poucos fungicidas que ainda controlam a ferrugem asiática. Há relatos de produtores que chegaram a fazer oito aplicações de fungicidas durante o cultivo da soja safrinha.

Segundo Rafael, essa situação colocou em risco a produção total de 5 milhões de hectares da soja de verão, uma vez que sem fungicidas eficientes disponíveis para o controle dessa doença a produtividade da cultura cai drasticamente.

Outro fator preocupante, de acordo com o pesquisador, é o número de produtos usados no combate à ferrugem. Entre os quatro grupos dos químicos, dois perderam eficiência. Além disso, o processo de desenvolvimento de novas moléculas para combater a doença demanda anos de pesquisa e grandes investimentos, sem contar que o processo de registro para defensivos

agrícolas no Brasil é lento e, acima de tudo, burocrático. Pelos trâmites normais, um produto inovador submetido hoje pelos órgãos reguladores do país só terá o seu processo de avaliação iniciado em 2022.

Medidas

Diante da atual situação, durante os seminários foram discutidas as medidas para controlar a ferrugem asiática em todo o Estado. Entre elas, manter as datas para o período do vazio sanitário da soja no Paraná, com início em 15 de junho e término em 15 de setembro. “A implantação do vazio sanitário, em 2007, reduziu muito o foco de ferrugem asiática da soja, demonstrando que a medida foi acertada”, destacou a engenheira-agrônoma Losani Perotti, da Adapar, durante o seminário de Maringá.

Outra proposta apresentada é que o plantio de soja comece no dia 16 de setembro e se estenda até 31 de dezembro, conforme prevê o zoneamento agrícola de risco climático. Além desta medida, os técnicos defenderam a proibição de lavouras de soja comercial no campo que não estejam prontas para o prazo final de colheita de 30 de abril até 15 de maio. O assunto já havia sido levantado pelos membros da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, que, durante a última reunião (dia 24 de agosto) decidiram promover os seminários.

Hoje o Paraná responde por 17,8% da produção de soja no país, com a primeira estimativa da área de plantio da safra 2015/2016 de 5,2 milhões de hectares e uma produção de 17,3 milhões de toneladas. Os dados são do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab). “O produtor pode sobreviver sem o plantio da soja safrinha. A área dessa cultura é pequena, mas pode comprometer toda a produção paranaense”, observou Losani.

Os prejuízos

A *Phakopsora pachyrhizi*, conhecida como ferrugem asiática, foi detectada pela primeira vez no Japão, em 1902. O fungo avançou pela Ásia e África até chegar na América do Sul, e também atingiu as lavouras dos Estados Unidos. A diferença é que naquele país os efeitos da ferrugem asiática não são tão fortes como no Brasil. Isso ocorre porque a neve e o frio do inverno americano formam uma barreira sanitária natural contra a praga.

Os primeiros relatos da ferrugem asiática no Brasil surgiram em 2001, atingindo 60% das lavouras e resultaram numa perda de 569 mil toneladas de soja. “Isso deu para sentir o tamanho do problema”, colocou Rafael.

Na safra seguinte (2002/2003), os produtores ainda estavam despreparados para o manejo da doença e as perdas foram superiores a 3 milhões de toneladas da oleaginosa. Somente na safra 2007/2008 foi implantado o vazio sanitário e, com isso, as perdas regrediram para cerca de dois milhões de toneladas, mas o impacto financeiro seguiu expressivo.

Estudo encomendado pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), embasado em dados históricos do mercado, faz estimativas preocupantes para o impacto socioeconômico da ferrugem asiática na cadeia produtiva de soja nos próximos 10 anos. Para a safra 2024/2025, a projeção é de uma área de 41 milhões de hectares com a produção de 121 milhões de toneladas da oleaginosa. Segundo a pesquisa, com a redução da eficiência dos fungicidas e a perda de controle da doença, a soja nacional pode enfrentar uma quebra de 30% na produção em 2025. Isso representa em uma perda de 36 milhões de toneladas do produto e um prejuízo de R\$ 84 bilhões na economia brasileira.

Além disso, as exportações arcaíam com uma perda de mais de R\$ 21,1 bilhões, sem contar os R\$ 18 bilhões na arrecadação de tributos. Para 2025, a projeção é que o Produto Interno Bruto (PIB) da soja supere R\$ 280 bilhões.



Seminários em Pato Branco e Londrina

FAEP pede liberação de corte de araucária



A FAEP encaminhou ofício ao secretário Ricardo José Soavinski, solicitando que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), formalize uma proposta de decreto baseada nas necessidades abaixo relacionadas, produzidas com o apoio das instituições de pesquisa florestal do Paraná, liberando o corte da *araucária angustifolia* (pinheiro do Paraná). A solicitação se baseou em pesquisas técnicas e nas orientações contidas no manejo florestal.

O pinheiro do Paraná *Araucaria angustifolia*, com a legislação ambiental vigente, considerada espécie em extinção. Não há uma política governamental para recuperar a espécie, através de incentivo ao reflorestamento e adensamento nos remanescentes florestais.

Na legislação federal pertinente, entre as quais: Lei nº 11.428 de 2006, Decreto nº 6.608 de 2008, Resoluções Conama nº 278/2001 e nº 300/2002, a araucária está impedida de ser explorada sob qualquer forma. O agravante é que não há estudo técnico científico que sustente essas legislações.

A Resolução Conama nº 278/2001 resolveu no artigo 1º:

“Determinar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a suspensão das autorizações concedidas por ato próprio ou por delegação aos demais órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), para corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção, constantes da lista oficial daquele órgão, em populações naturais no bioma Mata Atlântica, até que sejam estabelecidos critérios técnicos, cientificamente embasados, que garantam a sustentabilidade da exploração e a conservação genética das populações exploráveis.

Parágrafo único. O Conama apresentará, no prazo de um ano, prorrogável por igual período, proposta para a fixação de critérios técnicos e científicos para cada espécie, referidos no caput deste artigo”.

O pinheiro do Paraná foi considerado espécie em extinção e proibida para corte e exploração. No entanto, esses critérios técnicos, cientificamente embasados, que garantam a sustentabilidade da exploração e a conservação genética das populações exploráveis não foram estabelecidos, passados mais de 12 anos.

O documento assinado pelo presidente da FAEP, Ágide Meneguette afirma que: “Além disso, inúmeros pesquisadores e instituições de pesquisa florestal remetem a necessidade de rever a atual legislação, que ao contrário do esperado pelo governo, auxilia na extinção da referida espécie”.

“Preservar e impedir seu corte e manejo não aumentará a presença da araucária nas florestas, pelo contrário, há comprovação científica da Embrapa Floresta e Universidade Federal do Paraná (UFPR) de que os espécimes de araucária vêm diminuindo seu plantel nas florestas do Paraná”.

Desta forma, para que a araucária (Pinheiro do Paraná) deixe de ser considerada espécie em extinção é necessário que o governo estadual adote medidas urgentes, reforça o documento, aceitando as diretrizes dos estudos científicos de pesquisa florestal.

Dentre as sugestões da pesquisa destaca-se “o retorno da prática do manejo florestal, que permite a retirada das árvores mais velhas em troca do crescimento das mais jovens, através da fotossíntese pela presença do sol na floresta”.

O que se pede em prol da recuperação da espécie é formatar uma regulamentação estabelecendo critérios que atendam as orientações técnicas emanadas dos pesquisadores da Embrapa Floresta e UFPR.

O próprio governo do Paraná criou um grupo executivo de trabalho para a implantação do Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná (ZEE/PR), com recomendações que se aproximam das pesquisas da UFPR e Embrapa Floresta.

Este grupo é formado por diversos órgãos do governo, incluindo SEMA, Iap, ITCG, Iapar, dentre outros, com a incumbência de elaborar um diagnóstico e recomendações que farão parte do ZEE/PR.

Entre as recomendações consta na apresentação do ZEE/PR o que se segue:

“Cenários prospectivos - Cobertura vegetal

Meta: Aumentar as áreas florestais:

- Aumentar as áreas de florestas e campos pelo processo de regeneração natural, estimular a silvicultura diversificada com especialização regionalizada e cultivo consorciado de espécies nativas (ou de regeneração natural) com espécies exóticas (em nível de cada propriedade)”.

Além disso, também constam as ações propositivas:

- Elaborar, nas áreas de Mata Atlântica, o Plano Estadual de Conservação e Uso, para conservação genética e sustentabilidade da exploração das espécies da flora ameaçadas de extinção.
- Estimular o manejo florestal de espécies de ciclo longo com espécies nativas ou exóticas, visando à produção de madeira de maior valor agregado.
- Estimular a atividade de silvicultura de espécies nativas do bioma Mata Atlântica, objetivando atender a recuperação da biodiversidade na reserva legal nas propriedades acima de quatro módulos fiscais”.



Sementes não certificadas ameaçam produção

Congresso da Abrates discute, em Foz do Iguaçu, uso de sementes salvas e piratas. No caso da soja, quase metade dos grãos semeados não tem certificação



A semente é o insumo mais importante da agricultura. Economizar nessa etapa da produção, seja comprando sementes piratas, ou “salvando” parte da produção além do permitido, coloca em risco a produtividade, traz riscos sanitários e faz o produtor incorrer em uma prática criminosa.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes (Abrates), José de Barros França Neto, na última safra de soja o índice de utilização de sementes certificadas foi de 65%. Para a próxima safra, esse percentual caiu para 55%, o que indica que quase metade das 2,1 milhões de toneladas de sementes da oleaginosa que estão sendo plantadas no Brasil atualmente tem origem duvidosa. Ou são fruto da produção que o produtor guardou para semear na safra seguinte (as chamadas sementes “salvas”), ou são sementes piratas.

Esse foi um dos temas tratados no XIX Congresso Brasileiro

de Sementes, realizado em Foz do Iguaçu entre 14 e 17 de setembro. Na ocasião foram apresentados 1.120 trabalhos técnicos para um público de 1.400 participantes.

“Com a crise que estamos passando, com os custos de produção aumentando, o produtor acaba querendo racionalizar o uso desses insumos”, avalia França Neto. O problema desta prática é que, no caso das sementes salvas, a grande maioria dos produtores não detém a tecnologia necessária para produzir um grão que seja bom para a semeadura. Segundo um estudo do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), 90% destas sementes apresentam más condições de vigor e de germinação. “Já de saída o produtor começa sua safra com uma produção, em média, 10% menor”, aponta o dirigente.

O pior, segundo França Neto, é que essa perda é “invisível”, uma vez que não há base de comparação para avaliar o quanto foi perdido em produtividade. A prática de salvar sementes também traz riscos fitossanitários, pois os grãos que serão semeados podem estar contaminados com alguma doença.

Pela legislação, o produtor pode salvar suas próprias sementes para o próximo plantio desde que o volume salvo esteja de acordo com a área plantada. Para isso, ele deve registrar o campo de plantio junto ao MAPA.

No caso das sementes piratas, que são produzidas e comercializadas de forma clandestina, a prática é criminosa. Além dos riscos sanitários e da baixa produtividade, o produto não recolhe royalties que seriam destinados às empresas que realizam a pesquisas para o desenvolvimento de novas sementes. “O produtor paga metade do preço em uma semente que não tem produtividade nenhuma. É um tiro no pé, pois não haverá sementes novas”, avalia França Neto. Em outras culturas, a prática também é bastante difundida. No caso do feijão, apenas 15% das sementes são certificadas. “Uma vergonha nacional”, lamenta o presidente da Abrates.

USDA surpreende em setembro e aumenta produção de soja americana

Tânia Moreira - Economista do Departamento Técnico e Econômico / FAEP



Na última sexta-feira (11), o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) divulgou seu relatório de oferta e demanda atualizando as projeções para a produção mundial e americana de soja. Ao contrário do esperado pelo mercado, o USDA surpreendeu e aumentou, mais uma vez, a estimativa de produção de soja nos Estados Unidos, bem como a produtividade.

Apesar de, desde julho ser mantido o percentual das lavouras americanas em condições de boas a excelentes, o mercado apostava em uma redução da produtividade, estimada em agosto em 46,9

bushels por acre (ou 53 sacas por hectare). Em função das chuvas ocorridas em julho e dias de tempo mais seco em agosto, as apostas eram as de que pelo menos 0,5 por bushel poderia ser reduzido na previsão do USDA.

Contudo, a estimativa de produtividade ficou em 47,9 bushels por acre e a produção foi reajustada de 106,59 para 107,10 milhões de toneladas em 2015/16, ou a segunda maior produção da série histórica americana.

A produção de 97,0 milhões de toneladas continuou a ser projetada para o Brasil, enquanto algumas consultorias como a INTL FCStone estimam uma produção de até R\$ 100,9 milhões de toneladas.

O relatório aponta também uma perspectiva de preço entre US\$ 8,40 a US\$ 9,90 por bushel considerando o quadro mundial de safras recordes em 2014/15 e caminhando para novo recorde em 2015/16. A formação de preço segue influenciada pelo clima e pelas condições das lavouras americanas, que já seguem para a colheita, e pelas expectativas em relação à safra da América do Sul. Pelo lado financeiro a expectativa em relação à alta da taxa de juros nos Estados Unidos, bem como, sobre a desaceleração da economia chinesa seguem como fatores importantes. Para a formação do preço em reais, a trajetória da desvalorização cambial continua a favorecer os preços internos.

SOJA - SAFRA 2015/16

	Produção			Demanda			Exportações			Estoque final		
	ago/15	set/15		ago/15	set/15		ago/15	set/15		ago/15	set/15	
Mundo	320,05	319,61	↓ -0,44	309,86	310,10	↑ 0,24	127,18	127,18	— -	86,88	84,98	↓ -1,90
Estados Unidos	106,59	107,10	↑ 0,51	54,21	54,43	↑ 0,22	46,95	46,95	— -	12,78	12,26	↓ -0,52
Brasil	97,00	97,00	— -	42,77	42,77	-	54,50	54,50	— -	18,30	18,15	↓ -0,15
Argentina	57,00	57,00	— -	46,60	46,60	-	9,75	9,75	— -	34,10	33,43	↓ -0,67
China	11,50	11,50	— -	91,70	91,70	-	0,20	0,20	— -	16,15	16,15	— -

Fonte: USDA. Elaboração: Departamento Téc. e Econômico | FAEP - Setembro-15

Adeus, Nonô Pereira

Pioneiro do plantio direto e principal divulgador da técnica no Brasil, o produtor morreu no dia 8, em Ponta Grossa



A agricultura brasileira perdeu um pioneiro no início deste mês. Manoel Henrique Pereira, um dos primeiros do país a adotar o plantio direto na palha e grande divulgador da técnica no país, morreu no dia 8, aos 76 anos, depois de uma longa batalha contra o câncer. “Perdemos um entusiasta do agronegócio que se orgulhava por alimentar o país com a sua produção, um homem que revolucionou o campo”, lamenta o presidente da FAEP, Ágide Meneguette. “Para ele a agricultura não era simplesmente uma atividade produtiva, era uma das mais importantes profissões do mundo. Isso fazia toda a diferença.”

Nonô Pereira, como era mais conhecido, foi um verdadeiro embaixador do plantio direto (leia mais sobre a técnica ao lado). O sistema, que conta com equipamentos próprios e é usado em uma área que soma 32 milhões de hectares, mudou a cara da agricultura brasileira. O Brasil é hoje líder mundial na utilização do plantio direto – e grande parte desse sucesso ocorreu graças ao envolvimento e capacidade de mobilização de Nonô.

Tudo começou em meados da década de 1970, quando a cultura da soja começava a se consolidar nos Campos Gerais. Nonô, percebendo que a erosão causada pelas chuvas estava trazendo muitos prejuízos para a lavoura, decidiu experimentar uma nova técnica, que estava sendo pesquisada nos Estados Unidos e Inglaterra. Quem lhe apresentou o plantio direto foi Herbert Bartz, produtor de Rolândia, que há pouco tempo havia trazido uma nova técnica de plantio dos EUA, chamada “no-till” (“sem arar”, em inglês).

Nonô – que era nascido em Jacarezinho, mas desde o fim dos anos 1950 se dedicava à agricultura na região dos Campos Gerais – fez o primeiro experimento com plantio direto na sua propriedade em 1976. Animado com o resultado, em 1979, junto com Bartz, de Rolândia e o produtor Franke Dijkstra, de Carambeí, fundou o “Clube da Minhoca”, que reunia produtores dos Campos Gerais com o objetivo de discutir o Plantio Direto. Bartz, Dijkstra e Nonô, formam a trindade do plantio direto no Brasil, sendo ao mesmo tempo os pioneiros e maiores divulgadores da técnica.

Com o tempo, a ideia do Clube da Minhoca se espalhou e foram surgindo outras agremiações nos mais diversos cantos do país. Para organizar as ações destas entidades, em 1992 foi formada a Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha, da qual Nonô foi presidente durante três gestões.

Última homenagem

A trajetória de inovação de Nonô Pereira lhe valeu diversas homenagens. A última delas foi em 4 de setembro, quando a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) lhe conferiu a Medalha de Mérito Universitário em reconhecimento aos serviços prestados à sociedade brasileira. Em 2001 ele foi homenageado na Espanha com o prêmio de Amigo da Agricultura Espanhola. No mesmo ano, foi condecorado com o título de cidadão honorário de Ponta Grossa. Em 2004, recebeu a Cidadania Benemérita do Paraná e em 2005 recebeu o título de Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico.

O que é o plantio direto?

O Sistema Plantio Direto (SPD) consiste numa técnica de manejo do solo que usa a palha e outros resíduos vegetais da lavoura para proteger o solo do impacto das chuvas e da atividade de máquinas agrícolas. O processo de aragem depois da colheita até o plantio da cultura seguinte é eliminado, mantendo-se a palhada no solo. Com isso, a terra armazena mais nutrientes, corretivos e fertilizantes, dentre outros benefícios. O sistema abrange também a necessidade da rotação de culturas.

Palestras Casa em Ordem

No último dia 28 de agosto foi realizada no Sindicato Rural de Assaí, a Palestra Casa em Ordem. Participaram 29 pessoas, entre alunos do Programa Empreendedor Rural (PER), produtores rurais e o instrutor do PER Célio Marques Luciano Gomes.

No dia 4 de agosto a palestra foi realizada no Sindicato Rural de Mamborê para 18 alunos do PER. O detalhe desta apresentação foi que dois alunos do curso de Empreendedor Rural não puderam estar presentes em virtude de viagem a Curitiba. Mas, os colegas de curso providenciaram uma conexão de internet e os viajantes puderam assistir via internet de Mamborê para Curitiba.

No dia 8 de setembro a palestra aconteceu em Umuarama. Foram abordados os seguintes assuntos: Previdência (aposentadoria), Novo Código Florestal (mata ciliar e Reserva Legal), Cadastro Ambiental Rural (CAR), Legislação Agrária, Legislação Tributária, Legislação Trabalhista e outros de interesse. O instrutor dos alunos do PER, Clovis Palozzi, também participou. As palestras são realizadas pelo consultor da FAEP Dalton Celeste Rasêra.



Assaí



Mamborê



Umuarama

IAP regulamenta parcelamento de débitos com descontos



O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) publicou orientações a respeito de como empresas e pessoas físicas paranaenses podem aderir ao Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos, criado em junho pelo governo do Estado para facilitar a liquidação de débitos de natureza tributária e não tributária.

PPD – Programa de Parcelamento de Débitos

Considerando o Decreto nº 1931/2015, que permite a liquidação de débitos não tributários (Autos de Infração Ambiental) gerados e vencidos até 31 de dezembro de 2014, o Instituto Ambiental do Paraná para a orientação aos interessados, estabelece o que segue:

Débitos Inseridos No PPD

Autos de Infração Ambiental do IAP vencidos até 31 de dezembro de 2014, que já tenham sido julgados subsistentes, inscritos ou não inscritos em dívida ativa, não ajuizados (não executados).

Descontos Concedidos no PPD

a) Na hipótese de recolhimento em uma única vez, redução

de 75% do valor correspondente a atualização monetária incidente sobre o débito principal.

b) Nas hipóteses de parcelamento, redução de 50% do valor correspondente a atualização monetária incidente sobre o débito principal.

Observação: A redução será somente sobre a ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, não incidindo sobre o VALOR PRINCIPAL, ou seja, o Auto de Infração Ambiental.

FORMA DE ADESÃO AO JUNTO AO IAP

A adesão ao PPD junto ao IAP deverá ser realizada através do Cadastro disponibilizado junto a página do IAP na www.iap.pr.gov.br

O preenchimento incompleto ou com dados incorretos não efetivará a adesão.

Para processamento das informações de adesão, o cadastro deverá ser efetuado até o dia 28 de setembro de 2015, às 12 horas. Após esta data, o interessado deverá requerer a adesão junto a sede ou escritórios regionais do IAP.

Importante: O interessado que aderir ao PPD por meio do Cadastro disponibilizado até o dia 28 de setembro/2015, às 12 horas, deverá após 48 horas, acessar a página da Secretaria de Estado da Fazenda (www.sefa.pr.gov.br) para a conclusão da operação com a impressão do boleto de pagamento do Auto de Infração cadastrado, o qual deverá ser pago até o dia 30 de setembro de 2015.

Somente poderão ser cadastrados para adesão os autos de infração ambiental com Termos de Compromisso de Restauração Florestal (TCRF) e Termo de Ajuste de Conduta (TAC) encerrados definitivamente e nos quais tenha sido constatado o cumprimento da obrigação.

Fonte: IAP

CAMPINA DA LAGOA



Olericultura

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou nos dias 11, 12 e 13 de agosto o curso Trabalhador na Olericultura Básica - olerícolas de raízes, bulbos e tubérculos. Participaram 12 produtores rurais com a instrutora Karina Calil Caparroz.

CORNÉLIO PROCÓPIO



Forragicultura

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou, nos dias 1 e 2 de setembro, o curso Trabalhador na Forragicultura – estabelecimento, recuperação e reforma de pastagem. Participaram seis produtores rurais com o instrutor Luciano Hypolito de Amarin.

SÃO MATEUS DO SUL



Colhedoras

O Sindicato Rural de São Mateus do Sul realizou, em parceria Cooperativa Bom Jesus, em sua extensão de base no município de Antônio Olinto, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Colhedoras Automotrizes - intermediário New Holland, nos dias 3 a 7 de agosto. Participaram 11 produtores com a instrutora Silvana Olzewski.

SÃO JOÃO



Grãos

O Sindicato Rural de São João em parceria com a COASUL realizou, de 21 a 25 de agosto, o curso de Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal - integrado de grãos. Participaram 11 trabalhadores rurais com o instrutor Patrick Johannes Scholten.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



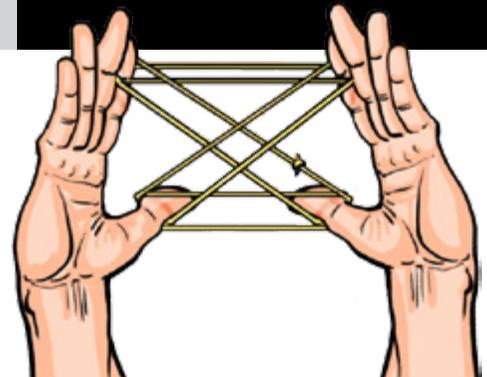
Lua

Você sabia que um ano - tempo que o planeta leva para dar uma volta em torno de sua estrela - no planeta Saturno equivale a quase 30 anos na Terra? E quem nasceu no ano terrestre de 1985 teria apenas um ano em Saturno?



As abelhas

Uma abelha campeira visita 10 flores por minuto em busca do pólen e do néctar. Ela faz, em média, 40 voos diários, pousando em 40 mil flores. Uma abelha produz cinco gramas de mel por ano. Para produzir um quilo de mel, as abelhas precisam visitar cinco milhões de flores.



Cama de gato

A cama de gato não tem origem definida, uns dizem que é de origem asiática, outros dizem ser uma brincadeira indígena. A cama de gato também é conhecida como jogo do cordel, jogo da linha, jogo da guita, jogo do berço, jogo da serra e pé de galo. A brincadeira consiste em utilizar uma corda entre os dedos das mãos, manipulando com a colaboração de um parceiro de modo a obterem os mais diversos efeitos e figuras numa sequência pré-estabelecida, logo que se obtém uma figura, ela é transformada pelo parceiro, e assim sucessivamente. É uma brincadeira praticada há séculos pelos mais diversos povos, e, para os etnólogos, ainda hoje é um problema explicar por que povos de regiões e culturas tão distintas – como os Maoris da Nova Zelândia, os esquimós do Ártico, os índios norte-americanos e os membros de várias tribos africanas – criam figuras exatamente iguais em suas “cama-de-gato”. No Japão, embora seja tradicionalmente “uma brincadeira para meninas”, a cama-de-gato é também um passatempo muito apreciado pelos adultos.

Oscar

Os filmes mais premiados da história do Oscar são: “Ben-Hur” (1959), “Titanic” (1997) e “O Senhor dos Anéis: O Retorno do Rei” (2003). Cada uma das produções faturou 11 estatuetas, sendo que “O Senhor dos Anéis” conquistou todas as categorias em que havia sido indicado.



Fundo do Mar

O fundo do mar, ao todo, tem 300 vezes o tamanho da área habitada pelas espécies que vivem na terra. Além disso, faz muito frio nas profundezas e, por lá, a escuridão é completa, mas isso não impede o desenvolvimento de vida na região.



Reinado longo

Aos 89 anos, a Rainha Elizabeth II já era a monarca mais velha na história do Reino Unido. Agora também é a que reinou por mais tempo. São 63 anos e 216 dias no trono completado no último dia 9. Com essa proeza ela desbancou sua tataravó, rainha Vitória, até então detentora do recorde.



Cuidados Médicos

No hospital, o médico está assinando a alta do paciente. Vai assinando e falando: A partir de hoje, nada de mulheres, nada de uísque, nem de vinhos importados. Nada de restaurantes caros, nada de carro novo, nada de viagens de férias...

Até eu ficar totalmente curado, doutor? Não, não. É só até você terminar de pagar o que me deve.

Vida no Mar

A vida marinha é bastante diversificada e curiosa. O peixe palhaço, aquele peixinho colorido de laranja e branco, que ficou famoso no filme “Procurando Nemo”, por algum motivo inusitado pode mudar de sexo para dar continuidade à espécie, no caso de faltar fêmeas. A lagosta é um tipo de urubu do mar, pois se alimenta principalmente de animais mortos. Assim ela contribui para a limpeza das águas do mar.



Coração

O coração humano é, talvez, um dos maiores milagres de engenharia do mundo. Ele trabalha sem descanso durante todos os anos da nossa existência para bombear a vida através do nosso corpo. Você sabia que todos os dias da sua vida o seu coração cria energia suficiente para impulsionar um caminhão por 32 quilômetros. Por toda a sua vida, essa energia seria suficiente para conduzir esse caminhão à lua, ida e volta.



Carros

Volkswagen significa “carro do povo”. O primeiro automóvel a ser produzido em linha de montagem foi o Ford T – chamado no Brasil de Ford Bigode. O carro era oferecido apenas na cor preta. O criador do Fusca foi o alemão Ferdinand Porsche, o mesmo sujeito da famosa marca de carros esportivos.



Cinema

Hollywood foi fundada em 1877 e teve como inspiração o nome da fazenda da família Wilcox, que habitava a região na época. Os dois primeiros cinemas do mundo foram o Atlanta (na cidade de mesmo nome, Estado da Geórgia) e o Electric Theatre, em Los Angeles (Califórnia). O primeiro cinema inaugurado em Hollywood foi o Ydyl Hour Theatre, em 1911. Os maiores campeões de bilheteria (ajustada pela inflação) de todos os tempos são Avatar, E o Vento Levou.

A COMUNICAÇÃO NA ERA DIGITAL

Sou do tempo da conversa olho no olho, mas me adaptei as tecnologias. Só que às vezes me bato um pouco com tantas informações e preciso de auxílio de um nativo digital com menos de 18 anos.

Mas, semana passada a situação chegou ao limite.

Carlos me procurou dizendo:

— Antônio, por que não respondeu meu e-mail?

Expliquei ter passado o dia ocupado e realmente sem tempo de acessar a internet. Mas insisti:

— Eu mandei um whatsapp avisando que tinha enviado o e-mail. Como não obtive resposta mandei uma mensagem via SMS. Te pro-

curei no Twitter, mas você não liberou para que eu o seguisse. Foi quando entrei no Facebook e conversei com sua mãe.

— Minha mãe está no Face? Ela não sabia nem ligar o computador!

— Sim, estou acompanhando as imagens que ela tem postado no Instagram. Muito interessante.

— Instagram?!? Bem, mas o que você queria de tão urgente?

— Saber se você recebeu o vídeo que mandei de protesto contra o governo.

— Mas, por que você não veio até a minha sala? Eu estava aqui.

— Achei meio complicado e tinha tantos e-mails e SMS para responder...

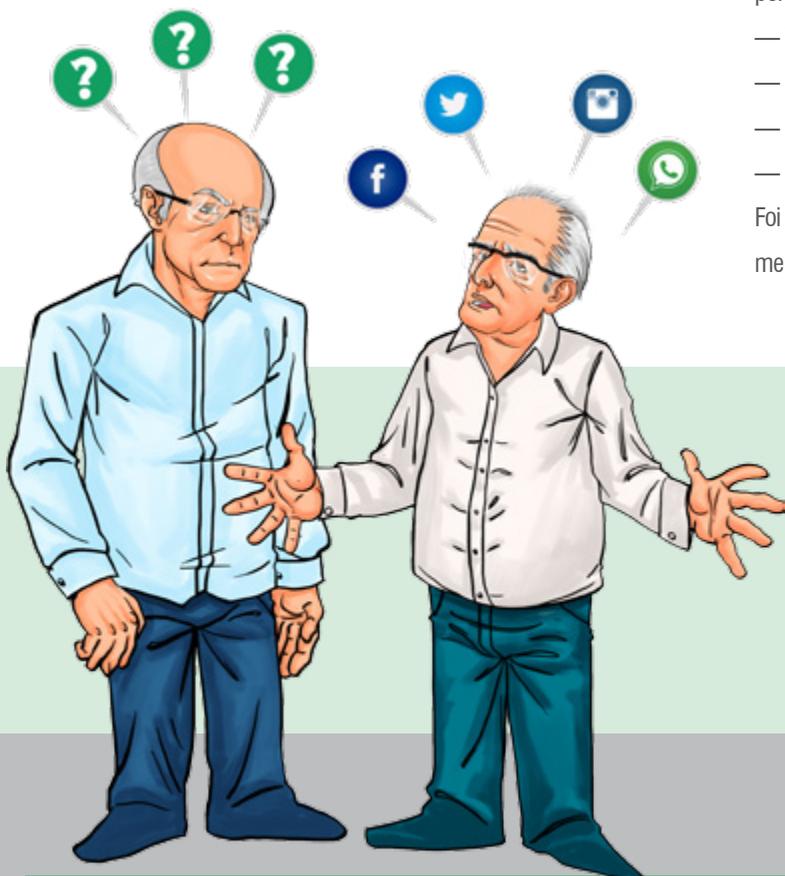
— Telefonasse então para o telefone fixo.

— O que é isso?

— Esse aparelho em cima da mesa.

— E funciona?

Foi aí que desisti. Eu me rendo. Vou passar na casa da minha mãe para me atualizar. Vai que alguém me procura para um assunto importante?



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br